

O PROGRAMA DE OPORTUNIDADES E DIREITOS (POD) e violência sofrida e cometida por jovens no Rio Grande do Sul.

Marília Patta Ramos

Resumo

A presente pesquisa avaliou o impacto do Programa de Oportunidades e Direitos, que foi financiado pelo BID e executado no período de dezembro de 2015 a agosto de 2021, a partir de uma amostra de bairros de 20 municípios que fazem parte do Programa RS Seguro^{1,2}, obtida com a Secretaria de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, o que correspondeu a um total de 713 bairros dos quais 134 foram atendidos pelo POD e 579 não foram atendidos pelo POD. Desses 134 bairros, 12 pertenciam ao Município de Alvorada, 95 ao Município de Porto Alegre e 27 ao Município de Viamão. Avaliamos Indicadores de Impacto, relativos à redução dos índices de criminalidade violenta de adolescentes e jovens, de 15 a 24 anos divididos em: taxa anual de homicídios de jovens de 15 a 24 anos; taxa anual de homicídios cometidos por jovens de 15 a 24 anos e taxa anual de roubos cometidos por jovens de 15 a 24 anos. Foi possível constatar que o POD apresentou resultados mais expressivos, nos indicadores homicídios sofridos e cometidos por jovens, naqueles municípios onde ele foi implementado, quando comparado àqueles municípios onde ele não foi implementado, sobretudo a partir do ano de 2017. E que tais resultados, de modo geral, foram mais relevantes no Município de Porto Alegre, quando comparado aos municípios de Alvorada e Viamão, também a partir do ano de 2017.

Resumo expandido

Ao reconhecer a centralidade político-institucional e sociocultural da dinâmica das violências e crimes, especialmente da criminalidade violenta contra a vida com resultado de morte, que, não raro, envolve a participação, seja como vítimas, seja como perpetradores, de jovens de 15 a 24 anos, o Estado do Rio Grande do Sul, por meio da indução e da articulação interinstitucional, e intersetorial da Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos (SJDH) do RS, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) desenhou um projeto integral de segurança cidadã, com foco geográfico, nos locais onde os crimes se concentravam, e populacional nos públicos-alvo que figuraram como vítimas e eventualmente perpetradores dessas violências.

¹ Trata-se de Programa Transversal de Segurança Pública e Defesa Social, com foco territorial no combate à criminalidade e a implantação de políticas sociais preventivas, realizado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e pela Secretaria de Segurança Pública do Estado. Atualmente, o Programa atua em 23 municípios que apresentam os maiores índices de criminalidade no Estado.

² Esses 20 municípios representam apenas 4% dos 497 municípios gaúchos.

Dessa forma, o Programa de Oportunidades e Direitos (POD), iniciado em dezembro de 2015, teve como objetivo geral contribuir para a redução dos elevados índices de crimes violentos de e contra jovens (homicídios e roubos) nos três municípios do Estado do Rio Grande do Sul: Alvorada, Porto Alegre e Viamão.

O Brasil possui, atualmente, um dos maiores índices de criminalidade violenta da América Latina e Caribe, com uma taxa de homicídios na ordem de 31,6 por 100.000 habitantes, em 2017, segundo dados do Atlas da Violência 2019³. Entre os jovens, a taxa de homicídios foi de 69,9 mortes por 100 mil habitantes no mesmo ano. De acordo com a referida pesquisa, os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens⁴, notadamente de jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos.

A exemplo do que se verifica no Brasil, no Rio Grande do Sul os territórios que ainda concentram os maiores níveis de vitimização letal coincidem com aqueles de maior exclusão socioeconômica e cultural, reforçando a relação perversa existente entre violência, pobreza e, fundamentalmente, desigualdade⁵. Isso porque as áreas com piores indicadores sociais geralmente são aquelas que apresentam maior risco de morte por homicídios e maior número de vítimas fatais em face da violência policial.

Destarte, homens jovens negros de baixa renda, em áreas urbanas, experimentam maiores taxas de homicídios, isto é, maior potencial de vitimização letal, como também ocupam posições mais precárias ou subalternas no mercado de trabalho, possuindo, ainda, em regra, menores índices de educação formal. No Rio Grande do Sul, em 2010, exemplificativamente, as taxas de homicídios de jovens negros eram aproximadamente 1,7 vezes mais altas do que a de brancos.

³Produzido pelo IPEA e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Mais informações acesse na íntegra em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432

⁴O conceito de juventude com o advento do Estatuto da Juventude em 2013 abarca jovens de 15 a 29 anos, conforme a Lei n.º Lei nº 12.852/2013.

⁵Mais na Nota Técnica do BID intitulada “Seguridad Ciudadana en Brasil: Aportes al diálogo



Formação e ação no Campo de Públicas:
identidade, diversidade e tecnopolítica
da democracia republicana

sectorial” em: <http://www.econbiz.de/Record/nota-t%C3%A9cnica-sobre-seguridad-ciudadana-en-brasil-aportes-al-di%C3%A1logo-sectorial-beliz-gustavo/10010673233>

O PROGRAMA DE OPORTUNIDADES DE DIREITOS

Ao reconhecer a centralidade político-institucional e sociocultural da dinâmica das violências e crimes, especialmente da criminalidade violenta contra a vida com resultado de morte, que, não raro, envolve a participação, seja como vítimas, seja como perpetradores, de jovens de 15 a 24 anos, o Estado do Rio Grande do Sul, por meio da indução e da articulação interinstitucional e intersetorial da Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos (SJDH), com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), propôs a implantação, a manutenção e a institucionalização de políticas públicas dirigidas ao seu controle e à sua redução, com foco nas juventudes, como a presente.

Em Porto Alegre, os bairros Cruzeiro, Restinga, Lomba do Pinheiro e Rubem Berta restaram, por seu turno, identificados como os territórios prioritários para as ações do POD, assim como, em Viamão, o bairro Santa Cecília, e o Jardim Salomé, na cidade de Alvorada.

Em termos dos objetivos específicos o POD visa: (i) inserir jovens em situação de risco no sistema educativo e no mercado de trabalho; (ii) aumentar a efetividade da polícia no âmbito local; (iii) reduzir a reincidência da população jovem em conflito com a lei; e (iv) melhorar a articulação dos serviços de prevenção e controle do crime destinados ao grupo etário com mais alto risco.

Assim o objetivo da nossa pesquisa foi medir a efetividade e o alcance dos resultados relativos ao objetivo geral do Programa na redução da criminalidade violenta entre jovens de 15 a 24 anos, nas três cidades foco: Alvorada, Porto Alegre e Viamão.

Para avaliar o impacto do POD utilizamos uma amostra de bairros de 20 municípios que fazem parte do Programa RS Seguro^{6,7}, obtida com a Secretaria de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul. O que correspondeu a um total de 713 bairros dos quais 134 foram atendidos pelo POD e 579 não foram atendidos pelo POD.

Como estratégia realizamos a análise de Impacto do percentual de homicídios dolosos cometidos e sofridos por jovens entre 15 a 24 anos de idade bem como roubos cometidos por aquele grupo.

⁶ Trata-se de Programa Transversal de Segurança Pública e Defesa Social, com foco territorial no combate à criminalidade e a implantação de políticas sociais preventivas, realizado pelo Governo do Estado do Rio

Grande do Sul e pela Secretaria de Segurança Pública do Estado. Atualmente, o Programa atua em 23 municípios que apresentam os maiores índices de criminalidade no Estado.

⁷ Esses 20 municípios representam apenas 4% dos 497 municípios gaúchos.

Foi possível constatar que o POD apresentou resultados mais expressivos, nos indicadores homicídios sofridos e cometidos por jovens, naqueles municípios onde ele foi implementado, quando comparado àqueles municípios onde ele não foi implementado, sobretudo a partir do ano de 2017. E que tais resultados, de modo geral, foram mais relevantes no Município de Porto Alegre, quando comparado aos municípios de Alvorada e Viamão, também a partir do ano de 2017, ano esse em que todos os centros de juventude passaram a funcionar plenamente nos territórios de implementação do programa.

Referências

AGNEW, Robert et al. Socioeconomic status, economic problems, and delinquency. *Youth & Society*, v. 40, n. 2, p. 159-181, 2008. Disponível: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0044118X08318119>. Acesso 27/10/2021

BARRET, Susan M. **Implementation studies: time for a revival? Personal reflections on 20 years of implementation studies**. *Public Administration*. Vol. 82. No. 2. (249-262). 2004.

BID. “Seguridad Ciudadana en Brasil: Aportes al diálogo sectorial” em: <http://www.econbiz.de/Record/nota-t%C3%A9cnica-sobre-seguridad-ciudadana-en-brasil-aportes-al-di%C3%A1logo-sectorial-beliz-gustavo/10010673233>

IPEA e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Acesso em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432

FARRINGTON, David P.; MACKENZIE, Doris Layton; SHERMAN, Lawrence W. and WELSH, Brandon C. **Evidence-Based Crime Prevention**. Routledge, 2003. 521

GADEA, Carlos A. et al . Trajetórias de jovens em situação de vulnerabilidade social: sobre a realidade juvenil, violência intersubjetiva e políticas para jovens em Porto Alegre - RS. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 19, n. 45, p. 258-299, Aug. 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222017000200258&lng=en&nrm=iso . access on 22 Apr. 2022.